

Agora, a próxima década

ABRAM SZAJMAN

Entra ano, sai ano e parece que nada se moveu. E como se tudo tivesse mudado, para tudo continuar do mesmo jeito. De crise em crise — e são várias, de todos os tamanhos para todos os gostos — dirigentes empresariais e de trabalhadores vêm alertando para o fato de que o País precisa encontrar fórmulas que conciliem um rígido combate à inflação com um mínimo de crescimento econômico. Ou uma tentativa desesperada de conciliar o que se quer com o que se pode ter. O trem da História, que não se queria perder, acabou atropelando todo mundo, desastrosamente dirigido pelo grande patrão, o Estado, tendo como co-piloto seu braço político, o Governo.

Nesta pouco invejável inapetência política para fazer e para realizar, assistimos, mais uma vez, as oportunidades sumirem pelo ralo da incompetência. Escaparam por entre os dedos os meses de euforia do Plano Cruzado e a disponibilidade em que se encontravam os fiscais do Sarney. Escapou pela janela o Plano Bresser que poderia ser uma luz para as negociações externas enquanto recolocava o País nas suas verdadeiras chinelas.

Isto é, não dá para fixar, por decreto, o desenvolvimento de um "tigre asiático" com uma inflação suíça. Com o Plano Verão, assiste-se, outra vez, ao lamento oficial de que se esvai o controle da economia, de que não existe colaboração de empresários e trabalhadores, de que o País está à mercê de movimentos grevistas que se tornam selvagens, retrato com todos os retoques do que é o Brasil de hoje.

Estamos a poucos passos da esquina onde o século vai dobrar, empurrando a certeza de que a década de 80 está irremediavelmente perdida. Resta o consolo de saber que até dos erros se aprendem lições. Uma correta renegociação da nossa

divida externa, feita com vontade política, teria proporcionado ao Brasil a possibilidade de realizar investimentos da ordem de US\$ 50 bilhões anuais. Um severo ajuste fiscal poderia proporcionar outros US\$ 15 milhões. Nada mau para um país que tem pelo menos 1,5 milhão de pessoas ganhando salário mínimo; que pretende dar alguma renda a mais de sete milhões de pessoas que não têm renda alguma e, no entanto, pertencem à população economicamente ativa; que gostaria de dar melhores condições de vida a cerca de 15 milhões de pessoas que tentam sobreviver com renda de 1 a 3,5 salários mínimos, e que tem 40 milhões catalogados na economia invisível — talvez porque, de tão magros, se tornaram transparentes.

Estranho país, o Brasil. Aqui se perde a noção do valor das coisas: uma camisa de algodão puro pode custar mais caro que um pneu de boa qualidade. Aqui, uma economia que se quer livre de qualquer ingerência e que flutua ao sabor das regras do mercado está oligopolizada. Não há como fugir aos preços fixados por duas ou três fábricas de refrigeradores, de veículos, de aparelhos de som, de roupas etc., forçando o mesmo Governo que queremos ver menos intrometido a interferir para regular este mercado.

Para chegar a isso, cometeram-se erros e omissões de parte a parte. Erros e omissões aos quais não se pode conceder o benefício da reincidência. Temos que resolver agora, já, com diretrizes viáveis, os problemas do mercado interno, a política de livre concorrência, enquanto se cuida do crescimento interno e do ajuste fiscal.

Isto vem sendo dito há muito tempo. No entanto, devemos evitar que dentro de quatro ou cinco anos alguém que esteja sentado no gabinete da Presidência da Federação do Comércio do Esta-

do de São Paulo volte a se referir a estes assuntos, lamentando os malfeitos. Só que, então, já poderá ser tarde demais, pois nos defrontaremos com o sombrio panorama de ter o Brasil ausente do século 21.

Lideranças empresariais e de trabalhadores devem tomar iniciativas e organizar-se para estas tarefas. Não é fácil. Pois quanto mais a situação se deteriora e menos perspectivas se abrem, é maior a tendência para que os grupos com grande capacidade de organização defendam os seus interesses corporativos criando situações de difícil solução. A crise político-econômica está tão enovelada que não é possível encontrar a ponta por onde hierarquizar os problemas para encaminhar soluções por partes.

Para estes problemas, aliás, já não se ouvem mais as caudalosas entrevistas de economistas de todas as escolas, antes tão enfáticos na prescrição das soluções.

O crescimento parou em 1980, quando todos imaginavam que fosse continuar e todos desejavam ardentemente que assim ocorresse. Esta interrupção aprofundou as questões sociais, aumentando a diferença entre uma minoria moderna e uma maioria marginalizada. Este crescimento precisa ser retomado a todo custo para aterrar o abismo que separa o dominante do dependente; o desenvolvido do defasado; o rico do pobre.

Outra tarefa importante é resgatar para a luta multidões de idealistas agora desiludidos e que antes haviam optado: 1) pela sensatez de não se sentir presa fácil do imobilismo; e 2) pela viabilidade dos seus projetos e dos projetos da Nação como um todo.